

População negra no enfrentamento da COVID-19: população vulnerável ou negligenciada?

Black population in the face of COVID-19: vulnerable or neglected population?

DOI:10.34117/bjdv7n11-240

Recebimento dos originais: 12/10/2021

Aceitação para publicação: 16/11/2021

Jandson de Oliveira Soares

Enfermeiro- Faculdade Estácio de Alagoas
Especialista em urgência, emergência, Uti – Pós- UniFip
Docente da Escola Técnica de saúde Santa Barbara
Residencial parque Petrópolis 2, Petrópolis, Maceió- Alagoas
Jandsonsoares2@gmail.com

Alessandra Nascimento Pontes

Enfermeira- UFAL
Mestre em modelagem computacional- UFAL
Docente do centro universitário Cesmac
Condomínio vert Paradiso, Antares, Maceió- Alagoas
profanpontes@gmail.com

Beatriz Santana de Souza Lima

Mestre em Enfermagem- UFAL
Enfermeira-UFAL
Docente- Centro universitário Cesmac
Rua Padre Silvestre, Barra nova, Marechal Deodoro
biassl@hotmail.com

Márcia Gabriele Ferreira de Oliveira

Acadêmica de enfermagem- Faculdade Estácio de Alagoas
Loteamento comendador Antônio Coutinho- São Miguel dos Campos
marcia.gabrielle@gmail.com

Debora Braz Bezerra

Acadêmica de enfermagem- Faculdade Estácio de Alagoas
Vila Vieira Perdigão, centro, Maceió-Alagoas
deborabrazberreza@gmail.com

Sandro Marcelo da Silva Ferreira Junior

Acadêmico de enfermagem- Faculdade Estácio de Alagoas
Av. Pref. Jorge Cavalcante Medeiros, centro, Campo Alegre- Alagoas
Sandro.marcelo.739@gmail.com

RESUMO

A raça/cor foi um conceito altamente disputado politicamente pelos movimentos sociais, para que estes pudessem ter contemplado, no interior da PNSIPN, determinados significados por eles defendidos. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra (PNSIPN), quando articulada no interior do SUS, busca reduzir as desigualdades raciais, incluir grupos socialmente vulneráveis, complementar, aperfeiçoar e viabilizar a política universal no âmbito da saúde pública, utilizando seus instrumentos de gestão e observando as especificidades do processo saúde-doença da população. Tendo como objetivo, identificar na literatura geral quais são os pontos que levam população negra a ser vulnerável e/ ou negligenciada. Decidiu-se realizar uma revisão de escopo, uma vez que esse tipo de revisão favorece o mapeamento do estado da arte de estudos em uma área específica, de forma descritiva e sistemática. No âmbito da saúde essa desigualdade pode ser percebida com a situação que vivenciamos nos dias de hoje com a pandemia do novo Coronavírus. Ao falarmos de saúde, nos remete a leis e decretos que efetivam o direito da população brasileira à saúde, e que o acesso a ela deve ser universal e integral conforme descrito na Lei Nº 8.080/90, que determina esses como princípios doutrinários, sendo assim deve ser de forma completa e contínua. deve-se exigir maior transparência dos órgãos responsáveis pelos dados da pandemia no país para que incluam os marcadores de raça ou etnia nos dados referentes a todo o curso da doença, desde a testagem, hospitalizações e possíveis óbitos.

Palavras-chave: população negra; covid-19; vulnerabilidade social; negligência.

ABSTRACT

Race/color was a concept highly politically disputed by social movements, so that they could have contemplated, within the PNSIPN, certain meanings defended by them. The National Policy for Integral Attention to the Health of the Black Population (PNSIPN), when articulated within the SUS, seeks to reduce racial inequalities, include socially vulnerable groups, complement, improve, and make viable the universal policy in the field of public health, using its management instruments and observing the specificities of the health-disease process of the population. The objective was to identify in the general literature which points lead the black population to be vulnerable and/or neglected. It was decided to conduct a scoping review, since this type of review favors the mapping of the state of the art of studies in a specific area, in a descriptive and systematic way. In the health field, this inequality can be seen in the situation we are currently experiencing with the pandemic of the new Coronavirus. When we talk about health, we are reminded of the laws and decrees that make effective the right of the Brazilian population to health, and that access to it should be universal and integral as described in Law No. 8.080/90, which determines these as doctrinal principles, so it must be complete and continuous. greater transparency should be demanded from the agencies responsible for the pandemic data in the country so that they include the markers of race or ethnicity in the data concerning the entire course of the disease, from testing, hospitalizations and possible deaths.

Keywords: black population; covid-19; social vulnerability; neglect.

1 INTRODUÇÃO

A raça/cor foi um conceito altamente disputado politicamente pelos movimentos sociais, para que estes pudessem ter contemplado, no interior da PNSIPN, determinados significados por eles defendidos. Essa reivindicação por parte dos movimentos negros tem como justificativa, entre outras, desvelar o mito da democracia racial (CENTENO; MEYER; ANDRADE, 2018).

O conceito de vulnerabilidade que tem sido adotado nas políticas de inclusão social leva em conta a falta ou a não condição de acesso a bens materiais e bens de serviço necessários, em combinação com o contexto social no qual ele está inserido. De acordo com o dicionário Aurélio vulnerabilidade remete-se ao lado mais fraco de uma questão, ou ponto pelo qual alguém pode ser atacado ou ferido (CENTENO; MEYER; ANDRADE, 2018).

Quando se parte para a vulnerabilidade social percebemos que tem suas raízes na exclusão, a qual se constituiu um paradigma para situações de marginalidade ou pobreza extrema que demandam a elaboração de programas sociais e políticas públicas para manejo dessas situações limites (JANCZURA,2012).

Devido ao modelo de formação histórica brasileira, a população negra sempre é vista de forma negativa, como pessoa inferior, sem privilégios, tudo isso por incumbência de uma sociedade que foi estruturada dentro de uma visão escravocrata, onde privilegia um e outro não, e quando uma pessoa negra alcança uma posição de destaque na sociedade é alvo de dúvidas, de como conseguiu almejar determinada posição (DIANGELO; MARCIONILO,2020).

Como questão que norteia este estudo, logo tem-se, a população negra no enfrentamento da covid-19 é vulnerável ou negligenciada? Logo o mesmo estudo tem como objetivo: Identificar na literatura geral quais são os pontos que levam população negra a ser vulnerável e/ ou negligenciada.

A adoção de políticas públicas voltadas para o atendimento integral da Saúde da população negra iniciou-se a partir da formação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra nos meados de 1990 (QUADROS; LEMES, 2020). A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra (PNSIPN), quando articulada no interior do SUS, busca reduzir as desigualdades raciais, incluir grupos socialmente vulneráveis, complementar, aperfeiçoar e viabilizar a política universal no âmbito da saúde pública, utilizando seus instrumentos de gestão e observando as especificidades do processo saúde-doença da população (BRASIL,2007).

2 MATERIAIS E MÉTODO

Decidiu-se realizar uma revisão de escopo, uma vez que esse tipo de revisão favorece o mapeamento do estado da arte de estudos em uma área específica, de forma descritiva e sistemática (FERRAZ; PEREIRA; PEREIRA, 2020).

Dessa forma, a escolha por essa metodologia torna-se relevante para o mapeamento do conhecimento e identificação das lacunas de evidências sobre as pesquisas de enfermagem utilizando a luz da população negra no enfrentamento da covid-19.

Como guia para o estudo, foram utilizadas as cinco etapas segundo enumeradas por Arksey e O'Malley (2005): identificar a questão da pesquisa; identificação de estudos relevantes; seleção do estudo; mapeamento dos dados; agrupamento, resumo e relato dos resultados.

Como questão que norteia essa busca, logo tem-se, a população negra no enfrentamento da covid-19 é vulnerável ou negligenciada?

Tem como objetivo: Identificar na literatura geral quais são os pontos que levam a ser vulnerável e negligenciada.

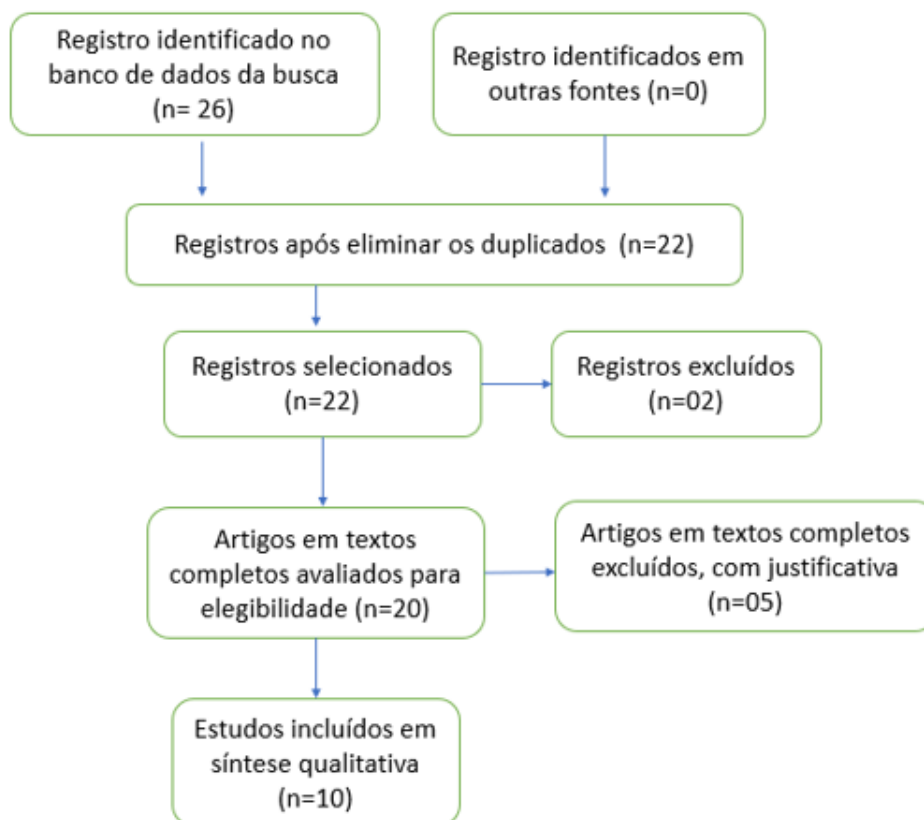
Foi realizada estratégia de busca PCC (População, Conceito e Contexto), conforme recomenda o protocolo do Instituto Joanna Briggs (JBI) (Peters et al., 2015), onde 'população negra' foi considerado a população; 'enfrentamento da covid-19', o conceito e 'vulnerabilidade', o contexto.

O processo de busca e seleção dos estudos se deu por meio de 03 bases de dados: PubMed PMC, Pubmed/ Medline NIH, Scielo.

Os critérios de inclusão foram todos os artigos publicados em português e inglês nos últimos 5 anos, independente da metodologia aplicada, que abordassem a população negra no enfrentamento da covid-19. Foram excluídos estudos que não respondessem a pergunta de pesquisa e a literatura cinzenta.

Utilizando os critérios de inclusão, foram encontradas 26 publicações, sendo 04 no Pubmed/ Medline NIH e 22 no Scielo. Não foi encontrada nenhuma publicação no Pubmed PMC. Foram excluídos 04 artigos duplicados, 07 que não responderam à pergunta de pesquisa ou que não se enquadravam nos critérios de inclusão. Ao final, foram selecionados 10 artigos, sendo 03 artigos na Pubmed/ Medline NIH e 07 Scielo (Figura 1).

Figura 1: organograma de busca de dados.



Fonte: dados dos autores- 2020

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A autora e filósofa negra Djamila Ribeiro em seu livro *Pequeno Manual Antirracista*, faz uma indagação que chama atenção quando reproduz a fala: “não me descobri negra, fui acusada de sê-la”. Ao reportar essa fala, ela levanta uma questão onde reforça que ser negro é algo negativo e/ou ruim, fazendo-nos refletir que a maioria das pessoas negras brasileiras precisam aprender a ser negras no percurso de suas vidas (RIBEIRO, 2019).

Mesmo sendo vulneráveis, a população negra e parda no Brasil soma 56,4% de brasileiros, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua do IBGE, e ainda há um preconceito encoberto por estereótipos, falas racistas, atos e rótulos que remetem a negritude de cunho negativo, na qual a “branquitude” é sempre voltada a questão de superioridade e algo positivo (RIBEIRO, 2019).

Ainda dentro da obra de Djamila Ribeiro, tem-se o enfoque de que a população negra passa por racismo estrutural e ambiental de forma constante, mas a “branquitude não se reconhece como sendo racista, ou não assume. Continuam reproduzindo falas e comportamentos racistas e dessa forma a autora afirma que, “é impossível não ser racista

tendo sido criado numa sociedade racista”. E que mesmo assim em certos momentos esse racismo passa despercebido (RIBEIRO, 2019).

Ao falar de desigualdades e grupos vulneráveis podemos citar como exemplo os grupos LGBTQIA+, a população indígena, as pessoas em condição de rua, as pessoas em condição prisional (privadas de liberdade), as pessoas com deficiência, os quilombolas, entre outros. Porém quando se observa com mais ênfase é perceptível notar que existe também pessoas negras em alguns desses grupos a exemplo dos quilombolas (ANDERSON,2020).

De maneira geral, “quilombo” tem sido definido como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (ITESP, 2000).

Esse grupo de pessoas, que vivem com muita ênfase a ancestralidade africana, carregam suas raízes históricas com bastante força, porém vivem em vulnerabilidade crescente, pois não tem acesso a direitos básicos como saúde e educação de forma efetiva (LIMA, 2016).

No Brasil, há também comunidades negras urbanas reconhecidas juridicamente como quilombos. Em comum, são grupos étnico-raciais negros dotados de relações territoriais específicas e caracterizados pela resistência à opressão histórica sofrida. No que concerne à relação entre quilombolas e as políticas públicas, não é raro ela ser pouco expressiva. Observa-se ainda muita distância institucional entre os executivos estaduais e municipais e as comunidades quilombolas (BRANDÃO; DALY; GOLVEIA,2010).

No estudo de Lima (2016) traz um conceito e ao mesmo tempo uma diferenciação dos termos “etnia” e “raça”, onde um remete-se em um contexto colonial de caracterização e diferenciação dos indivíduos, já o segundo relaciona-se com a herança cultural deixada para um grupo por uma origem ancestral comum. A identidade é um elemento crucial para podermos entender a ideia de pertencimento que os indivíduos sentem em relação a uma gama de significados e atribuições simbólicas aos elementos que os cercam.

De acordo com Barth (2011), grupos étnicos não podem ser ordenados como um todo homogêneo, pois, culturas estão sempre em movimento, contém contradições e são incoerentes. Juntando a problemática das variações que cada cultura traz consigo e sua implicação no estudo da identidade étnica em grupo, o mesmo autor diz que a cultura pode ser utilizada para manter a diferenciação entre grupos étnicos próximos (BARTH, 2011).

Ainda em relação aos grupos vulneráveis que engloba a população negra estão as pessoas em condição de rua como mencionado em um artigo da revista Radis (maio de 2020). Nesse mesmo artigo na pag.14, são levantados fatores referentes a serviços essenciais como saneamento básico e água potável e que levam a intensificar ainda mais a desigualdade na população negra para determinadas questões (STEVANIM,2020). Ao analisar as periferias das grandes cidades, o número de pessoas negras é ainda mais expressivo, pois devido aos fatores socioeconômicos vivem em situação permanente de vulnerabilidade. A violência também é um fator constante e em 2017, a taxa de homicídios no Brasil foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pretas ou pardas a cada 100 mil habitantes. Em outras palavras, uma pessoa preta ou parda tinha 2,7vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca (IBGE, 2017).

No âmbito da saúde essa desigualdade pode ser percebida com a situação que vivenciamos nos dias de hoje com a pandemia do novo Coronavírus. Ao falarmos de saúde, nos remete a leis e decretos que efetivam o direito da população brasileira à saúde, e que o acesso a ela deve ser universal e integral conforme descrito na Lei Nº 8.080/90, que determina esses como princípios doutrinários, sendo assim deve ser de forma completa e contínua. Mas será que a negritude de fato é assistida dentro desses dois princípios? Será que são também assistidos dentro do art. 196 da constituição federal de 1988, que versa que a saúde é direito de todos e dever do estado? Ficam essas perguntas para refletir e verificar as responder. Se a população negra é apenas vulnerável, ou também negligenciada (MENDONÇA,2020).

Na atenção à saúde, o racismo pode se manifestar de diversas formas, como o institucional, que na maioria das vezes ocorre de forma implícita, sendo denominado de viés racial implícito – quando a sociedade mantém e reproduz um conjunto de estereótipos sociais negativos sobre a população negra (HALL et al.,2015). Os preconceitos implícitos são os estereótipos ou preferências a favor ou contra grupos de pessoas (MILAM et al., 2020).

No Brasil, a ausência das informações desagregadas por raça ou etnia ou que quando coletadas apresentam um preenchimento precário, sabe-se que negras e negros irão sofrer mais severamente os impactos da pandemia e seus vários desfechos negativos, considerando o histórico de ausências de direitos. Devido a essa maior vulnerabilidade social e econômica existe uma maior prevalência de doenças crônicas e negligenciadas nessa população (LIMA,2016).

Não obstante o panorama de saúde de negras e negros no Brasil, é preciso discutir a sua distribuição no espaço geográfico das grandes metrópoles nacionais, que são marcadas fortemente pela segregação residencial racial pois residem às margens, nas franjas das cidades (BRASIL, 2017). Essa segregação cria condições contrárias a saúde, afirma que a maioria da negritude vive nas periferias, onde por conta do espaço as vezes torna-se impossível estruturar condições básicas de saúde como a higienização das mãos, e dessa forma coloca-los em risco adicional frente à pandemia pelo Sars-CoV-2. A higienização das mãos, medida primordial para a prevenção da Covid-19 e recomendada pela WHO (2020), é muitas vezes difícil de ser executada, visto que, muitas moradias, em diversas regiões do país, não têm acesso a água e saneamento básico, como mencionado anteriormente (IBGE, 2019).

Para a população negra, o cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, visto que esta população tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do Estado em seus territórios(GOMES; RAMOS; FERREIRA,2020).

As dificuldades estruturais da vida coletiva nas grandes cidades fazem com que diversos segmentos busquem alternativas na economia solidária e novas formas de organização social comunitárias e periféricas. A implementação de medidas sanitárias são fundamentais para exercer autoridade, cuidar e recuperar um conjunto da população de milhares de pessoas, que podem ser afetadas mais drasticamente por esta pandemia de forte corte social. Nos últimos anos, a assistência a esses diferentes grupos tem sido objeto de políticas específicas, que visam aproximar os serviços de saúde da população respondendo às características e necessidades determinadas e enfatizando as dificuldades de acesso (MENDONÇA et al.,2020).

A pandemia pela Covid-19 representa um dos maiores desafios sanitários em escala mundial desse século. Na primeira semana do mês de abril, poucos meses depois do início da epidemia na China, em dezembro de 2019, já foram reportados mais de 1,5 milhão de casos e 85 mil mortes no mundo. Nos últimos meses, tem-se desenvolvido uma série de ferramentas e plataformas para fornecer as melhores informações sobre o impacto atual e futuro da pandemia no país, considerando diferentes cenários de transmissão (ANDERSON et al.,2020).

Vale salientar que a população negra, frente ao cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas por vários processos e pouco se avançou na superação

do racismo. No entanto, para conter a expansão da pandemia no país e dar o próximo passo, será preciso, em primeiro lugar, enfrentar o racismo, o preconceito e as desigualdades, pois, além de tudo, a população negra representa mais da metade da população brasileira e em sua maioria vive em condições subumanas (STEVANIM,2020).

É certo que a luta contra o racismo e a desigualdade social se estende para todas as demandas da sociedade e, de forma alguma, está restrita aos problemas atuais da pandemia do novo coronavírus. No entanto, o cenário atual nos demanda ações específicas para o combate ao racismo e suas devastadoras consequências. Nesse contexto é preciso que as políticas de proteção social implementadas diante da emergência da Covid-19 garantam equidade para todos, e não exclua a população nos diversos cenários, e não exponha esta população ainda mais à infecção. Precisa-se garantir que o acesso ao diagnóstico da Covid-19, seja pelo teste rápido ou pelo teste de reação imunológica, esteja distribuído de forma equânime e igualitária para a população e que as iniciativas de testagem ditas ‘em massa’ tenham capilaridade suficiente para cobrir com a mesma efetividade as áreas ricas e as áreas empobrecidas das cidades (BRASIL,2020).

4 CONCLUSÕES

Sustentar que a raça/cor é uma construção social e cultural, e que, portanto, ela é o que se diz dela, permite que se compreenda as variações em torno do seu significado, de acordo com o contexto histórico e cultural no qual estamos inseridos. A população negra vem tentando conquistar o que lhe é de direito através de disputas, ressignificando sua identidade social, para com isso seguir brigando por um espaço digno na sociedade.

Por fim, de modo a ser mais inclusivo, deve-se exigir maior transparência dos órgãos responsáveis pelos dados da pandemia no país para que incluam os marcadores de raça ou etnia nos dados referentes a todo o curso da doença, desde a testagem, hospitalizações e possíveis óbitos, mantendo uma rotina sistematizada e eficiente e que ampliem a capacidade de descoberta da doença, fazendo de forma diferencial em áreas de maior vulnerabilidade que abrigam a população negra.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Roy M. et al. How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? **The Lancet**, v. 395, n. 10228, p. 931-934, 2020.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade, São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

BRANDÃO, André Augusto; DALT, Salete; GOUVEIA, Victor Hugo. **Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais**. EdUFF, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores de vigilância em saúde descritos segundo a variável raça/ cor, Brasil. Boletim Epidemiológico, Brasília, v. 48, n. 4, p. 1-35, 2017.

CENTENO, S.R; MEYER, D.E.E; ANDRADE, S.S. Representações de sujeito negro/a na política nacional de saúde integral da população negra: uma análise cultural. *Textura Canoas* v. 20-n.42 p. 154-176 jan/abr. 2018.

DANIELS, RJ.; MORIAL, M. H. The Covid-19 racial disparities could be even worse than we think. Opinion. *The Washington Post*: democracy dies in darkness. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/04/23/covid-19-racial-disparities-could-be-even-worse-than-we-think/>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

GOES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00278110, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300301&lng=en&nrm=iso>. access on 05 July 2020. Epub May 29, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278>.

HALL, William J. et al. Implicit racial/ethnic bias among health care professionals and its influence on health care outcomes: a systematic review. **American journal of public health**, v. 105, n. 12, p. e60-e76, 2015.

LIMA, Hezrom Vieira Costa. Negro & Quilombola: a identidade étnica em questão na comunidade remanescente de quilombos de Caiana dos Crioulos-PB. **Cadernos De História**, v. 17, n. 27, p. 496-520, 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

Instituto de Terras do Estado de São Paulo. (2000). *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território* (Cadernos do ITESP, n. 3). São Paulo, SP: Páginas & Letras.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães et al. A pandemia COVID-19 no Brasil: ecos e reflexos nas comunidades periféricas. *APS EM REVISTA*, v. 2, n. 2, p. 162-168, 2020.

MILAM, Adam J. et al. Are clinicians contributing to excess African American COVID-19 deaths? Unbeknownst to them, they may be. *Health Equity*, v. 4, n. 1, p. 139-141, 2020.

QUADROS, Alexander; LEMES, Thaíne Santos. Racismo institucional: uma revisão integrativa sobre a saúde da população negra. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, p. 81483-81492, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019.

STEVANIM, Luiz Felipe et al. *Vulnerabilidades que aproximam*. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Coronavirus disease (Covid-19) advice for the public*.